

STATUS SÓCIO-ECONÔMICO E CENTRALIDADE: UMA INTERPRETAÇÃO

ROBERTO LOBATO CORRÊA (1)

A teoria das localidades centrais constitui um dos temas que mais atenção desperta entre pesquisadores interessados no estudo da cidade em seu enfoque espacial, conforme atesta a vasta bibliografia indicada por Berry e Pred (1963) e Andrews (1971). Esta bibliografia indica estudos com diferentes propósitos. Entre estes está a verificação dos efeitos, na estrutura do sistema de localidades centrais, devido às variações no nível de demanda da população, isto é, nas densidades demográficas, níveis de renda e padrões culturais. Na elaboração de seu modelo, Christaller (1966) presumiu que o nível de demanda da população era homogêneo, e esta e outras premissas levaram a um modelo "ótimo" de localidades centrais. Como tal, o modelo de Christaller não necessitava ser referendado pelo mundo real mas incentivou numerosos pesquisadores a procurarem regularidades na estrutura do sistema de localidades centrais em áreas com diferentes combinações de densidade demográfica, nível de renda e padrão cultural. O trabalho realizado por esses pesquisadores não só testou certas hipóteses formuladas pelo próprio Christaller, como também ampliou o conhecimento a respeito da questão. O presente trabalho enquadra-se nesta linha de pesquisa, apresentando um modelo alternativo que considera a variação do nível de demanda da população como elemento básico na estruturação do sistema de localidades centrais.

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Muitos dos trabalhos a respeito de variações na estrutura do sistema de localidades centrais consideram os efeitos de diferentes

1. Departamento de Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.

densidades demográficas sobre a estrutura do sistema. Entre estes estão os estudos de Berry e Barnum (1962) para cinco áreas americanas, de Marshall (1969) para duas áreas canadenses, de Webster (1970) para a Lapônia finlandesa, e de Corrêa (1974) para a região de influência de São Paulo. Estes estudos, sobretudo o primeiro, mostraram que, para centros urbanos com mesmo nível hierárquico, mas servindo a regiões com densidades demográficas diferentes, verifica-se que, à medida que as densidades diminuem, os centros urbanos servem áreas com maior superfície, porém com menor total de população servida. Como consequência, verifica-se um deslocamento vertical de funções centrais: funções que caracterizam centros regionais em áreas de baixa densidade de população.

Outros trabalhos focalizaram as possíveis variações no sistema de localidades centrais a partir de variações no padrão cultural da população. Entre estes sobressaem os trabalhos de Murdie (1965) e o de Ray (1967). O primeiro considerou os possíveis efeitos devidos às diferenças de natureza religiosa entre os Menonitas e os canadenses "modernos" da província de Ontário no Canadá. O segundo avaliou os efeitos devidos às diferenças etno-lingüísticas entre canadenses de origem francesa e inglesa da porção oriental da província de Ontário. Apesar de diferenças no padrão de comportamento espacial destes grupos, os dois autores verificaram que os sistemas de localidades centrais de ambas as áreas possuem, no conjunto, uma estrutura semelhante a de regiões que apresentam um padrão cultural homogêneo. Resultado semelhante foi encontrado por Abiodun (1971) ao analisar o comportamento espacial da população da área cacauera da Nigéria, apesar da dependência dos consumidores das áreas novas aos centros urbanos de onde eles são provenientes.

Embora não tivesse sido incorporado em seu modelo "ótimo", Christaller considerou os possíveis efeitos de variações do nível de renda na estrutura do sistema de localidades centrais. Christaller (1966) argumenta que em áreas de alto nível de renda há um sistema de localidades centrais mais desenvolvido do que em áreas de baixo nível de renda. Isto se explica pelo fato de que, além do consumo de bens de extrema necessidade ou de maior ubiquidade, verifica-se o consumo de bens mais sofisticados, de menor ubiquidade e de maior ordem, implicando no aparecimento de funções centrais de várias ordens e uma sistemática diferenciação hierárquica entre os centros urbanos. Isto também ocorrerá, segundo Christaller, num sistema de localidades centrais servindo a uma região onde o nível de renda tende a uma equidistribuição. No caso oposto, onde se verifica uma concentração da renda, via de regra na principal localidade central, o consumo de bens e serviços de menor ubiquidade

e maior ordem tende a se concentrar nessa localidade. Neste caso, é sugerido por Lentnek (1974), que a hierarquia urbana tende a ser truncada, sendo caracterizada por um conjunto de pequenas localidades centrais e um grande centro urbano definido como cidade primaz comercial, faltando centros de níveis hierárquicos intermédios.

O efeito do baixo nível de renda da população no sistema de localidades centrais mereceu também importantes contribuições por parte de outros autores. Stine (1962) verificou que, em áreas de muito baixo nível de renda e precária rede de transporte, a centralidade dos núcleos urbanos passa a ter significado periódico, associada a um deslocamento periodicamente sincronizado por parte dos comerciantes: tal deslocamento garante a sobrevivência das firmas comerciais e atende à população de baixo nível de renda e pequena mobilidade espacial. Estudos sobre mercados periódicos realizados na China (Skinner, 1964), na Nigéria (Eighmy, 1972) e em Gana (Mc Kim, 1972), entre outros, mostraram este tipo particular de adaptação do sistema de localidades centrais em áreas de baixo nível de demanda e de precária rede de transporte.

Particularmente significativas para o propósito deste trabalho são as contribuições de Funnell (1973), Davis (1969) e Nader (1969). Estes autores mostram que, em áreas de baixo nível de renda, tanto rurais como urbanas, a população tende a se deslocar, de modo marcante, para as localidades centrais de mais baixos níveis hierárquicos e mais próximas, ali satisfazendo suas necessidades em termos de bens e serviços. Isto significa que esta população de baixo nível de renda quase não se desloca para localidades centrais de maiores níveis hierárquicos. Como consequência deste padrão de deslocamento aparece a não especialização dos estabelecimentos varejistas nas localidades centrais servindo estas áreas de baixo nível de renda. Tais estabelecimentos possuem pequenos estoques de uma gama variada de produtos que são vendidos a uma população de pequena mobilidade espacial e baixa renda. Berry (1963) e Davis (1968) chegam mesmo a propor hierarquias alternativas para centros servindo a áreas de diferentes níveis de renda.

As proposições e resultados das pesquisas acima discutidos mostram claramente como densidade demográfica, padrão cultural e nível de renda afetam a estrutura do sistema de localidades centrais. Contudo, o tema está longe de ter sido esgotado. O que se segue constitui uma tentativa de estender mais ainda a questão. O modelo que se propõe resulta de uma reflexão, por parte do autor, a partir de seu trabalho sobre o sistema de localidades da região de São Paulo (Corrêa, 1974).

MODELO

Suponha uma região onde vive uma população espacialmente equidistribuída. Esta população apresenta, entretanto, algumas diferenças entre grupos de indivíduos. Relevante para os nossos propósitos é a diferenciação no que se refere ao *status* sócio-econômico: para simplificar, vamos considerar que na área a população pode ser dividida de acordo com três grupos de *status* sócio-econômico, baixo, médio e alto. Tais grupos estão também espacialmente equidistribuídos, isto significando que em cada unidade de área que compõe a região, coexistem populações de baixo, médio e alto *status* sócio-econômico. Este é um aspecto que não foi considerado na literatura a respeito de variações nos sistemas de localidades centrais. Como a região vive em uma economia moderna ou modernizada, com setores especializados produzindo excedentes agrícolas, produtos industriais e serviços, verifica-se que, para a articulação de suas diversas partes emerge um sistema urbano. Tal sistema é constituído essencialmente por localidades centrais hierarquizadas entre si. Para simplificar, vamos considerar que a hierarquia urbana da região seja constituída por uma capital regional, duas capitais sub-regionais e seis centros locais: isto significa que há um centro atuando como capital regional, três como capitais sub-regionais e nove como centros locais. Ao menos de modo aparente os centros urbanos atendem a toda a população da região, independentemente de seu *status* sócio-econômico.

Dado que existem diferenças de *status* socio-econômico, aparecerão diferenças de nível de consumo que refletem, em última análise, a capacidade que cada grupo de *status* sócio-econômico tem em gastar maior ou menor percentual de sua renda em bens e serviços que aqueles estritamente necessários à sobrevivência.

A população de médio e alto *status* constituída por proprietários dos meios de produção e assalariados regulares e bem remunerados, tem condições de consumir a quase totalidade ou a totalidade dos bens e serviços oferecidos na região. Esta população possui mobilidade espacial, seja através da posse de veículos, seja através da capacidade em utilizar transportes coletivos. Deste modo este grupo de população pode se deslocar à procura de bens e serviços que não são oferecidos localmente, dirigindo-se às localidades centrais de maior nível hierárquico, onde são oferecidos bens e serviços de menor frequência de consumo e mais caros. Em realidade esta população de médio e alto *status* sócio-econômico compra ou utiliza os bens e serviços oferecidos pelos centros locais, capitais sub-regionais e pela capital regional. Para esta população existe realmente uma hierarquia urbana. O inverso também é verdadeiro: a hierar-

quia urbana existe para servir a esta população de médio e alto *status* sócio-econômico.

A população de baixo *status*, constituída por assalariados irregulares e regulares mal remunerados, parceiros rurais e muitos daqueles engajados no chamado "terciário primitivo", por sua vez, têm condições de comprar ou utilizar apenas uma pequena parte dos bens e serviços oferecidos regionalmente. Seu consumo se limita a bens extremamente necessários, obtidos através de uma agricultura de subsistência, e localmente através do artesanato tradicional ou de firmas que distribuem uma gama variada de produtos industriais de qualidade inferior a baratos. Os serviços utilizados são mínimos, sendo prestados por órgãos governamentais quando estes fazem sentir sua ação, ou por pessoas não qualificadas profissionalmente, como "curiosos" e "curandeiros". Esta população de baixo *status* possui mobilidade espacial muito reduzida. Quando se trata de população rural a mobilidade se limita a visitas esporádicas ao centro urbano mais próximo onde vão comprar ou utilizar bens e serviços centrais de baixa ordem hierárquica. Quando se trata de população urbana a própria cidade de residência é capaz de satisfazer a demanda dos poucos bens e serviços que ela consome; de acordo com Davis e Nader, provavelmente essa população satisfaz sua demanda nos centros comerciais intra-urbanos de baixos níveis hierárquicos, pouco se deslocando para a área central da cidade.

Segundo a experiência dessa população de baixo *status* sócio-econômico, não existe realmente uma hierarquia urbana: as cidades de maiores níveis hierárquicos constituem, para essa população, apenas um local para um futuro e único deslocamento, associado à migração.

O esquema da Fig. 1 é um modelo que descreve como na região em questão o sistema de localidades centrais reflete o comportamento espacial das populações dos dois grupos de *status* sócio-econômico. O sistema se desdobra em dois planos. No superior está o conjunto hierarquizado de localidades centrais: uma capital regional, 3 capitais sub-regionais e 9 centros locais, cada um atuando como tal. Este conjunto de centros serve à população de médio e alto *status* sócio-econômico. No plano inferior está o conjunto de nove centros, todos atuando como centros locais e servindo à população de baixo *status* sócio-econômico. Em outras palavras o modelo mostra que a capital regional atua também como capital sub-regional e centro local para a população de médio e alto *status*, mas atua somente como centro local para a população de baixo *status* sócio-econômico.

O modelo inclui conceitos clássicos da teoria das localidades centrais, idéias emitidas pelo próprio Christaller a respeito da diferenciação do nível de demanda e suas conseqüências no sistema de localidades centrais, e os resultados dos trabalhos de Funnell Davis

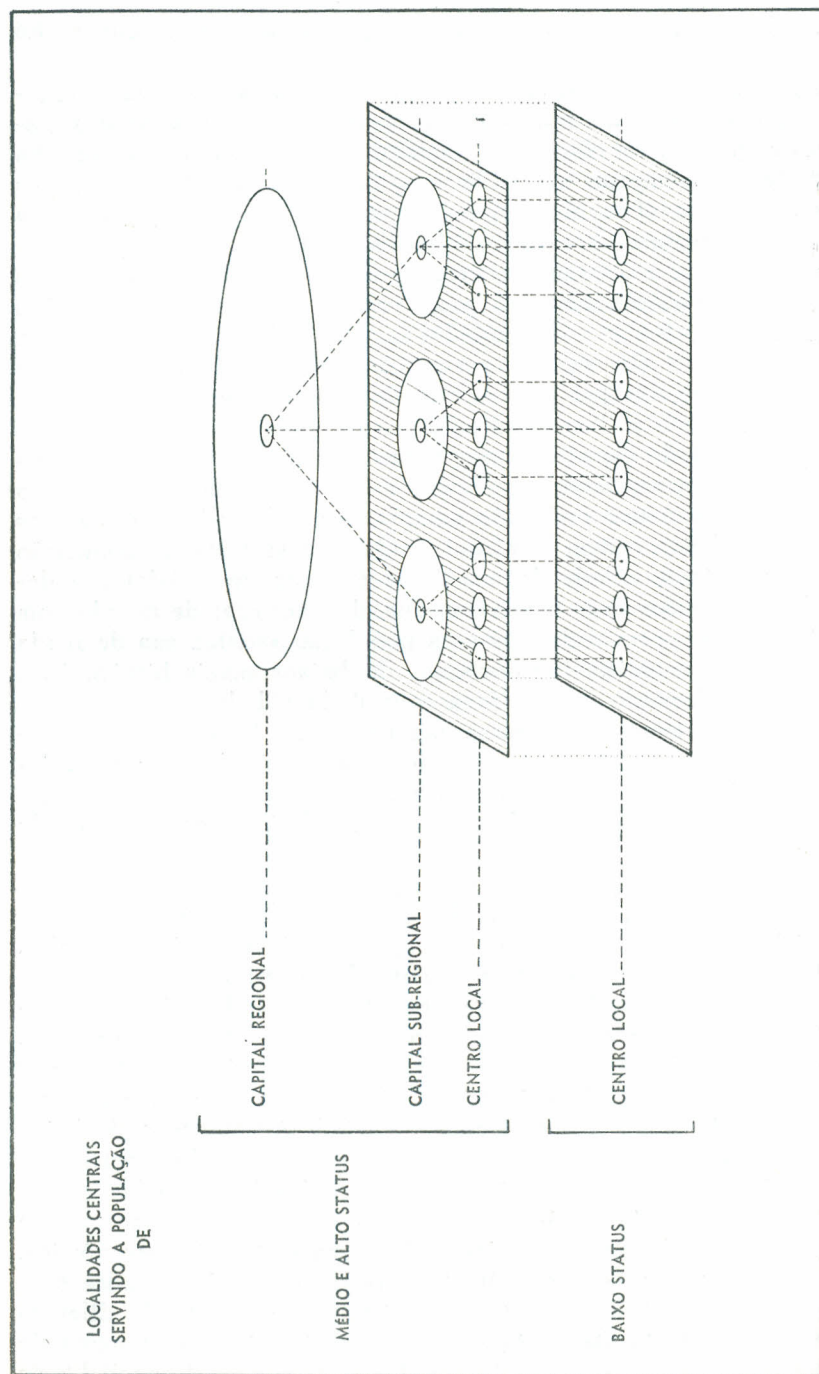


Figura 1. Um modelo alternativo de sistemas de localidades centrais em áreas com grande diferenciação entre os status sócio-econômicos

e Nader. Entretanto, considerando as premissas formuladas, o modelo adiciona à teoria um outro aspecto: o do desdobramento do sistema de localidades centrais de acordo com os grupos de status sócio-econômico que serve. Tal desdobramento constitui um artifício analítico, não existindo no mundo real na medida em que o sistema de localidades centrais é constituído por um único conjunto de centros que, ao menos em aparência, serve a toda a população, independentemente de seu status sócio-econômico. Mas este artifício é útil como um esquema teórico a respeito das implicações no sistema de localidades centrais das diferenciações em status sócio-econômico por parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de localidades centrais de uma área onde há forte diferenciação da população em termos de status sócio-econômico, pode ser desdobrado, para efeito de análise, segundo dois conjuntos, um servindo à população de médio e alto status, e outro servindo à população de baixo status. Uma implicação do que foi exposto está no fato de que, em áreas com grande disparidade de status sócio-econômico, deve-se considerar as duas dimensões do sistema de localidades centrais, sob risco de se incorrer numa análise e interpretação socialmente tendenciosa, especialmente se a maior parte da população for caracterizada pelo seu baixo status sócio-econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Abiodun, J. O. (1971). Service Centres and Consumer Behavior within the Nigerian Cocoa Area. *Geografiska Annaler*, Serie B, vol. 53, nº 2, 78-93.
2. Andrews, H. F. (1971). Working Notes and Bibliography on Central Place Studies, 1965-1969. *Council of Planning Librarians Exchange Bibliography*, nº 209, 41 pp.
3. Berry, B. J. L. (1963). Commercial Structure and Commercial Blight. *Research Paper*, nº 85, Department of Geography, The University of Chicago, 235 pp.
4. Berry, B. J. L. e Barnum, H. G. (1962). Aggregate Relations and Elemental Components of Central Place Systems. *Journal of Regional Science*, vol. 4, nº 1, 35-42.
5. Berry, B. L. J. e Pred, A. (1965). *Central Place Studies: A Bibliography of Theory and Applications*. Regional Science Research Institute, Bibliography, Séries nº 1, 2ª edição, 153 pp. + suplemento.
6. Christaller, W. (1966). *Central Places in Southern Germany*. Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 230 pp. (original em alemão, 1933, traduzido por C. W. Baskin).

7. Corrêa, R. L. (1974). *Variations in Central Place Systems: An Analysis of the Effects of Population Densities and Income Levels*. Tese de Mestrado. The University of Chicago, Departamento de Geografia, datilog.
8. Davis, R. L. (1968). Effects of Consumer Income Differences on the Business Provisions of Small Shopping Centers. *Urban Studies*, 5, nº 2, 144-154.
9. Davis, R. L. (1969). Effects of Consumer Differences on Shopping Movement Behavior. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie*, 60, nº 2, 111-121.
10. Eighmy, T. H. (1972). Rural Periodic Markets and the Extension of an Urban System: A Western Nigeria Example. *Economic Geography*, vol. 48, nº 3, 299-315.
11. Funnel, D. C. (1973). Rural Business Center in a Low Income Economy: Some Theoretical Problems. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie*, 64, nº 2, 86-92.
12. Lentnek, B. et al. (1974). A Renda e o Padrão Espacial de Desenvolvimento Econômico. *Boletim Geográfico*, 240, 17-30.
13. Marshall, J. U. (1969). *The Location of Service Towns. An Approach to the Analysis of Central Place Systems*. University of Toronto, Department of Geography. Research Publications nº 3, 184 pp.
14. McKim, W. (1972). The Periodic Market System in Northeastern Ghâna. *Economic Geography*, vol. 48, nº 3, 333-344.
15. Murdie, R. A. (1965). Cultural Differences in Consumer Travel. *Economic Geography*, vol. 41, nº 3, 211-233.
16. Nader, G. A. (1969). Socio-Economic Status and Consumer Behaviour. *Urban Studies*, 6, nº 2, 235-245.
17. Ray, D. M. (1967). Cultural Differences in Consumer Travel Behaviour in Eastern Ontario. *The Canadian Geographer*, vol. 2, nº 3, 143-156.
18. Skinner, G. W. (1964). Marketing and Social Structure in Rural China. *Asian Studies*, 24, nº 1, parte 1ª, 3-43.
19. Stine, J. H. (1962). Temporal Aspects of Tertiary Production Elements in Korea. in "Urban Systems and Economic Development" (F. R. Pitts, ed.). The School of Business Administration, University of Oregon, Eugene, 1, 16-27.
20. Webster, D. R. (1970). The Effect of Immature Road Networks on the Central Place Hierarchy in Frontier Region. *Terra*, 82, nº 2, 41-46.

RESUMO

O trabalho apresenta um modelo de sistema de localidades centrais que mostra o efeito de diferenças de consumo por parte da população. Apesar de haver uma única rede de localidades centrais servindo a uma região, entretanto, para efeito analítico, essa rede pode ser desdobrada em dois planos.

No plano superior está a rede hierarquizada de centros servindo à população de alto e médio *status* sócio-econômico, que tem condições de consumir os bens e serviços oferecidos regionalmente, dispondo de mobilidade espacial. Esse grupo de população utiliza a hierarquia urbana; por outro lado a hierarquia urbana existe em função dessa população.

No plano inferior aparece o mesmo conjunto de localidades centrais servindo à população de baixo *status* sócio-econômico; os centros atuam apenas como centros locais, desde que essa população tem condições de

consumir apenas os bens e serviços oferecidos localmente, de consumo mais freqüente, mais baratos e de maior necessidade. Essa população não participa da hierarquia urbana; para ela os centros atuam apenas como centros locais.

ABSTRACT

Socioeconomic status and central place system: an interpretation.

This paper presents a central place system model that is concerned with the effects of consumption differences of the population. Although it there is a single central place network serving a given region, for analytical purpose, that network may be bisected in two planes.

On the upper plane is the hierarchised network of centers serving the high and middle socioeconomic status population, which is able to consumption the goods and services offered in the region. This population group presents, also, spatial mobility. This group knows and uses the urban hierarchy, and it exists in function of this population group.

On the lower plane is the same set of urban centers serving the low socioeconomic status. However, the centers only act as local centers, for this population group is able of buying and utilising low order goods and services. This population group do not uses the urban hierarchy. To this group the urban centers act as local centers.